

A NOMINAÇÃO ECONÔMICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: NOTAS PARA UMA AGENDA DE INVESTIGAÇÃO SOCIOLOGICA

Rodrigo Constante MARTINS¹

Resumo: Questões relativas à governança de interesses sociais e de recursos ambientais em territórios rurais têm recebido especial destaque na literatura recente das ciências sociais sobre sustentabilidade ambiental. Este artigo propõe alguns temas necessários a uma agenda sociológica de estudos sobre o desenvolvimento rural sustentável. Enfatiza a problematização dos novos conflitos sociais decorrentes da emergência de instâncias descentralizadas de gestão dos territórios rurais, traçando uma breve síntese das literaturas europeia e nacional. Para o tratamento da construção social de espaços democráticos de governança dos distintos interesses envolvidos na trama territorial para o desenvolvimento, o texto lançará mão das noções de legitimidade, distinção social e produção de capital simbólico na concertação dos rumos da ruralidade contemporânea.

Palavras-chave: Ruralidade. Desenvolvimento Rural. Desenvolvimento Territorial. Sociedade. Meio Ambiente.

Introdução

No decorrer da década de 90, ampliou-se o debate acerca das novas possibilidades de desenvolvimento para as áreas rurais em vários países. De maneira geral, tal debate tem apontado para a necessidade da implementação de estratégias de desenvolvimento que sejam capazes de articular pactos territoriais entre os diferentes atores envolvidos na trama sócio-político local. No Brasil, esta preocupação também tem ocupado posição de destaque no debate sobre gestão de políticas públicas.

O objetivo deste texto é abordar sinteticamente a temática do desenvolvimento rural sustentável tendo por referência o debate contemporâneo sobre as transformações recentes nos quadros de ruralidade. Para tanto, serão reconstruídos os termos gerais das literaturas europeia e brasileira das ciências sociais sobre novas ruralidades. Serão mencionadas algumas das formas através das quais o debate moderno sobre desenvolvimento rural sustentável segue amparado pelos instrumentos de nomeação econômica da questão ambiental. Em seguida, se sugerirá linhas gerais de uma agenda de pesquisas voltada à interpretação crítica destas transformações recentes nos territórios rurais, enfocando temas como legitimidade, distinção social e produção de capital simbólico na concertação de rumos para o desenvolvimento rural.

Notas sobre a ruralidade contemporânea

Questões relativas ao desenvolvimento e à regulação sócio-ambiental dos territórios rurais vêm adquirindo abrangência nas últimas décadas. Com base em experiências regionais, vários estudos têm destacado a necessidade de se abordar tal tema por meio de dinâmicas

¹ UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP – Brasil. constante.martins@terra.com.br

territoriais, construindo ênfases analíticas nos processos sociais locais envolvidos na emergência de “novas” ruralidades. Alguns estudos sinalizam a necessidade de novos enquadramentos sociais e espaciais para a compreensão das transformações contemporâneas das comunidades rurais, acentuando as formas de agenciamento das práticas sociais e a constituição de novas redes de atores (MARSDEN, 2003). Outros trabalhos, em convergência com a identificação de transformações na dinâmica dos territórios rurais no contexto da alta modernidade (transformações que também marcariam o *continuum* rural-urbano), destacam a expansão das estratégias de governança da diversidade de interesses econômicos e políticos que marcariam os novos perfis de ruralidade (DOUGLAS, 2005). Em todos estes esforços, a transversalidade da temática ambiental aparece através do pressuposto geral de que, embora não haja padrões ou modelos a serem apontados para o desenvolvimento rural, a referência à sustentabilidade destes territórios é a base sobre a qual os rumos da localidade podem ser construídos.

Esta perspectiva tem sido partilhada por vários estudiosos das ruralidades européias. Estruturadas sobre a expansão das atividades não-agrícolas, o que se denomina como “novas” ruralidades naquele continente compreende estruturas complexas de composição das atividades de produção de valores excedentes e de concepções sobre as relações entre economia, sociedade e natureza (KAYSER, 1990). Inscrito neste debate, o tema da gestão territorial tem sido abordado a partir da proposta de construção de esferas públicas que visam à composição dos interesses agrícolas com os dos demais setores sociais interessados na dinamização das economias regionais e na preservação dos recursos ecossistêmicos e das culturas locais (HERVIEU, 1993; JOLLIVET, 2001).

As chamadas políticas agro-ambientais daquele continente formam a expressão mais acabada deste debate em termos de regulação da relação sociedade-natureza em áreas rurais. Areladas à Política Agrícola Comum européia, as resoluções agro-ambientais têm como objetivo principal a incorporação de compromissos ambientais na concessão das ajudas diretas da aos agricultores dos Estados-membros. Aos agricultores competiria o compromisso do emprego de métodos de produção agrícola que sejam compatíveis com a proteção ambiental e a preservação da paisagem do agro-ambiente. Para tanto, receberiam estímulos financeiros da UE, através, dentre outros, de remuneração adicional para adoção de manejos sustentáveis e de pagamentos pelo pousio de áreas degradadas (MARTINS, 2005).

No debate nacional em torno da sustentabilidade sócio-ambiental das economias rurais, os aspectos relativos às **localidades** vêm sendo tratados com maior atenção. Questões como a **diversificação das regionalidades** (VEIGA, 2001), a criação de **novas institucionalidades** para as áreas rurais (CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G; 2000), o desenvolvimento da localidade a partir do fenômeno da **proximidade social** (ABRAMOVAY, 2003) e as relações da categoria território com a reestruturação do capitalismo contemporâneo (SCHNEIDER, 2004), têm estimulado as discussões em torno da orquestração territorial de alternativas de desenvolvimento para as áreas rurais do país.

Uma marca social comum aos casos brasileiro e europeu é a nomenclatura essencialmente econômica das alternativas de construção de novas faces da ruralidade. No mais das vezes, não é senão através deste aparato de nomenclatura que as dimensões transdisciplinar e multisetorial emergem como balizas para o enquadramento das práticas como sustentáveis no uso dos recursos sociais e naturais do território. Este é o caso, por exemplo, do encaminhamento de propostas voltadas ao zoneamento econômico-ecológico para a exploração dos recursos naturais e à promoção de externalidades positivas promovidas por programas de reflorestamento e de conservação do solo, dentre outros. Neste sentido, a retórica do desenvolvimento rural sustentável associa-se em grande medida à construção econômica da moderna questão ambiental com os propósitos de reestruturação, em termos de

políticas públicas, das modalidades de mediação dos interesses sociais em territórios rurais, pretendendo a relativização da hegemonia histórica do setor agrícola nestes espaços.

Além dos valores sociais referentes à nomenclatura econômica da sustentabilidade ambiental, outro elemento de convergência entre as temáticas da ruralidade e do meio ambiente nas literaturas nacional e internacional diz respeito à disseminação de esferas descentralizadas de governança. A criação destas instâncias tem amparado fortemente os argumentos em prol da superação do monopólio setorial sobre os recursos sociais e ambientais dos territórios rurais. A promoção de debates sócio-técnicos, referenciados nos princípios econômicos de racionalidade gestora, é apontada como base norteadora da democratização dos rumos da governança do novo desenvolvimento rural. Questões ligadas ao empoderamento dos agentes sociais situam-se na fronteira deste debate. Este novo conjunto de fenômenos implica na formulação de novos instrumentos analíticos para a problematização do rural como lugar de confluência de distintos **atores coletivos**, que estabelecem entre si relações variadas e que passam a disputar o uso da terra e do espaço rural como um todo, bem como os controles das instâncias decisórias da vida local.

Sustentabilidade e desenvolvimento rural: por uma agenda de pesquisa sociológica

A emergência de esferas descentralizadas de governança sócio-territorial (como comitês, conselhos de desenvolvimento, etc.) vem sendo alvo de análises nos campos da sociologia rural (BOONSTRA, 2006), da sociologia ambiental (HOWARD, 2006) e no espectro dos estudos sobre políticas públicas (FISCHER, 2003). Os enfoques correntes sobre estas novas **arenas deliberativas** destacam, de maneira geral, estratégias moldadas pelos grupos de agentes gestores para a confecção de bases de intervenção política. Voltados muitas vezes para uma perspectiva normativa, estes estudos problematizam a legitimidade destas esferas de governança em termos de procedimentos empreendidos para a obtenção de bases consensuais desejáveis (SHORTALL, 2004). De outro lado, alguns enfoques pós-estruturalistas têm problematizado a legitimidade em termos de contextos localizados e discursivamente negociados, sinalizando – sobretudo no caso da governança rural – a possibilidade de encontro de **legitimidades situadas** (CONNELLY; RICHARDSON; MILES; 2006).

A despeito dos avanços tópicos dos enfoques normativo e pós-estruturalista, tornam-se cada vez mais necessários os enfoques sociológicos voltados para a legitimidade não dos aparatos de governança em si, mas sim da construção das verdades/diagnósticos pelos agentes que deles participam. Neste sentido, considerando a relevância do léxico econômico na construção da noção de sustentabilidade que ampara estas novas instâncias de governança, conviria a elaboração de uma agenda de pesquisa voltada à compreensão da eficácia simbólica de certas modalidades de enunciados entre os partícipes das práticas de gestão.

Tal como afirma Martins (2008), o uso do instrumental conceitual da ciência econômica – em particular, da Economia Neoclássica – segue ocupando lugar de destaque no debate internacional sobre regulação ambiental. Este instrumental é recorrentemente utilizado para a nomenclatura dos principais temas da moderna crise sócio-ambiental. Esta atividade de nomenclatura, que se origina na designação dos **ativos ambientais** e se estende até a proposição dos mercados futuros de *commodities* ambientais, também explicita o fabrico de relações complexas de poder. No concernente ao debate sobre desenvolvimento rural, a valoração destes recursos – classificados como “amenidades ambientais” – são designadas como

estratégia de criação de novos serviços econômicos nas áreas rurais, então re-valorizados pela própria crise ambiental urbana (DIXON; SHERMAN; 1990).

A interpretação sobre a consolidação dos enunciados neoclássicos no debate político contemporâneo acerca do desenvolvimento rural requer, dentre outros, o aprofundamento analítico sobre o papel das estratégias de nomeação no bojo do processo de autonomização do campo econômico. Neste sentido, tal como sugere Bourdieu (2000) a propósito da dinâmica da autonomização, em termos de nomeação das relações e ordem sociais, a teoria da utilidade marginal consiste em um fato histórico-cultural, base sobre a qual as sociedades ocidentais vêm se experimentando desde o início do século XX. Interage, em sentido lato, com as atividades de nomeação das experiências sociais – dentre as quais, as experiências de acelerada degradação ambiental promovida pela chamada Revolução Verde na agricultura.

A legitimidade da gestão técnica e econômica dos territórios sustenta-se, portanto, em disposições socialmente estruturadas que garantem a crença de certos grupos sociais na equivalência entre eficiência econômica estrita e ordenamento social. Isto é, a correspondência entre estruturas objetivas e estruturas de percepção promove a *doxa* sobre a própria noção de ruralidade, justificando tanto a adjetivação do “novo” ao fenômeno quanto seu enquadramento econômico específico (que seria o caso, por exemplo, da sobreposição dos dilemas agrários pelo discurso gerencial da agregação de valor aos serviços rurais).

Assim, o papel das crenças econômicas na nomeação do debate político sobre desenvolvimento rural sustentável pode ser indicado, dentre outros, pela composição social dos agentes ocupantes de postos-chave neste debate. Os ritos de instituição que sancionaram a capacidade de atuação destes agentes podem revelar como certas disposições secundárias atuam na inscrição da temática ambiental no campo do poder. Nestes termos, seriam adequados esforços investigativos sobre os papéis desempenhados por alguns dos agentes diretamente envolvidos na governança do desenvolvimento rural. Isto é, no contexto da construção social da gestão descentralizada dos territórios rurais, pode-se avançar sobre a interpretação da posição dos agentes, da construção dos discursos, dos critérios de autoridade para as falas/posições no debate descentralizado e das hierarquias sociais resultantes destes atos de distinção.

THE ECONOMIC DESIGNATION OF SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT: NOTES FOR A SOCIOLOGICAL INVESTIGATION AGENDA

Abstract: *Relative questions to the management of social interests and environmental resources in agricultural territories have received special prominence in social sciences recent literature on environmental sustainability. This article proposes some necessary themes to a sociological agenda of studies about the sustainable rural development. It emphasizes the inquiry of new current social conflicts result of the agricultural territories decentralized instances emergency, tracing one european and national literatures brief synthesis. For the treatment of the management democratic spaces social construction of the distinct involved interests in the territorial plot for the development, the text will launch hand of the notions about legitimacy, social distinction and symbolic capital production in the dynamics of the contemporary rurality routes.*

Keywords: *Ruraliyt. Rural Development. Territorial Developmen. Society. Environment.*

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

BOONSTRA, W.J. Policies in the polder: how institutions mediate between norms and practices of rural governance. **Sociologia Ruralis**, Assen, v.46, n.4, p.299-317, 2006.

BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil, 2000.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. **O novo rural brasileiro: políticas públicas**, Jaguariúna, v.4, p.61-92, 2000.

CONNELLY, S; RICHARDSON, T; MILES, T. Situated legitimacy: deliberative arenas and new rural governance. **Journal of Rural Studies**, New York, n.22, p.267-277, 2006.

DIXON, J.A.; SHERMAN, P.B. **Economics of protected areas: a new look at benefits and costs**. London: Earthscan Publications, 1990.

DOUGLAS, D. J. A. The restructuring of local government in rural regions: a rural development perspective. **Journal of Rural Studies**, New York, n.21, p.231-246, 2005.

FISCHER, F. **Reframing public policy: discursive politics and deliberative practices**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HERVIEU, B. **Les champs du futur**. Paris: Bourdin Francois, 1993.

HOWARD, J. Using game theory to explain the behaviour of participants involved in a regional governance process. **Rural Society**, Queensland, Australia, v.16, n.3, p.254-270, 2006.

JOLLIVET, M. **Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, ruralité capitalisme (France XXe siècle)**. Paris: Ed. Arguments, 2001.

KAYSER, B. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: A. Colin, 1990.

MARSDEN, T. **The condition of rural sustainability**. Assen: Van Gorcum, 2003.

MARTINS, R. C. O efeito-teoria em Pierre Bourdieu e a construção da moderna agenda ambiental. **Lua Nova**, São Paulo, 2008. No prelo.

_____. Ruralidade e regulação ambiental: notas para um debate político-institucional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.43, n.02, p.249-266, 2005.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v.11, p.88-125, 2004.

SHORTALL, S. Social or economic goals, civic inclusion or exclusion? An analysis of rural development theory and practice. **Sociologia Ruralis**, Assen, Holanda, n.44, p.109-123, 2004.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001. (Série Textos para Discussão, n.1).